

A mordada de César

Conversava com um colega de profissão sobre a adoção da pena de morte como solução para a criminalidade de nossa pátria amada. Quando eu disse ser contra, ele respondeu: “Eu gostaria de ouvir uma solução racional. E não a religiosa.”. É uma posição que contrapõe fé e razão, uma falácia muito em voga e que parte do suposto de que o dado religioso merece a sarjeta no debate público.

Mirar retrospectivamente na história das ideias do mundo ocidental torna muito mais serena a valoração dos acontecimentos presentes. Desse modo, ao se colocar cada ideia em seu devido lugar – muitas delas bem velhas, mas sob nova vestimenta – preservamo-nos de cair numa atitude cética ou pessimista. É o caso do ressurgimento dos ventos do laicismo, atitude que está nas entrelinhas daquela resposta.

A onda laicista deve ser contemplada e valorada à luz de experiências históricas, a fim de se poder calibrar adequadamente tanto os eixos de suas raízes, como seus efeitos e consequências, mas, sobretudo, bem captar, com sentido de responsabilidade, o papel que cada um de nós deve assumir, com fortaleza e audácia intelectuais, diante dos novos desafios que o fenômeno laicista impõe-nos nessas circunstâncias históricas específicas.

A atuação governamental que tangencia um ateísmo prático em vários setores sociais, a verve legiferante anticlerical ou pautada numa liberdade de indiferença e mesmo o ativismo judicial alimentado por um certo banimento da religião na esfera pública demonstram um modo comum de pensar e agir, a ter cada vez mais eco na opinião pública e no ambiente cultural.

Esse modo comum consiste no mantra da exigência de neutralidade religiosa estatal como condição necessária para o exercício da liberdade do cidadão de escolher (ou não) e praticar a religião que lhe pareça oportuna e, como efeito disso, a partir de tais razões, concluir-se, falsamente, que a dita neutralidade equivale a uma opção proibitiva do dado religioso no espaço público.

Esse equívoco inescusável confunde a muitos e faz com que toda e qualquer expressão de religiosidade reste amotinada ao âmbito doméstico. Na realidade, essa falácia não só não favorece a liberdade religiosa do cidadão como, por outro lado, impede-o de exercer essa garantia constitucional concretamente.

Não nos esqueçamos de que o espaço público não corresponde ao âmbito estatal, mas à comunidade, formada por pessoas que têm essa ou aquela opção religiosa ou mesmo nenhuma, as quais esperam, do ente estatal, um campo aberto para dar cabo à sua livre expressão religiosa, sem que isso signifique em absoluto a imposição do próprio credo religioso àqueles que não o compartilhem.

Também ressaltamos que, nas entrelinhas desse espírito laicista, paira um dado fenomênico incontroverso: a “cristofobia”, uma tendência antirreligiosa com orientação precisa e exclusiva contra o cristianismo, em regra, disfarçada de paródia do sagrado como uma espécie de liberdade pública.

A religião não é inimiga do homem e nem de sua liberdade. Nietzsche e Sartre – o primeiro debruçado sobre a questão dos valores e, o segundo, sobre a essência humana – proclamaram, cada qual de seu modo, que a ausência do divino priva a moral de todo sustento. Mas não é só.

Resta saber, nessa quadra histórica em que vivemos, se as ideias basilares de nossa cultura – liberdade, igualdade, responsabilidade, dever, valor, justiça, alteridade, dignidade, pessoa humana, entre tantas outras – podem seguir sendo como tais, sem as crenças substantivas de matriz cristã em que descansam seu alcance e sentido, mesmo porque a tradução ou a apropriação filosófica de tais conceitos, na lição de Habermas, nunca dissolve, por completo, o elemento religioso original e fundante daquele sentido e alcance.

O laicismo não é só um ataque à religião. É pior: um ataque à liberdade de expressão. Aliás, isso nos diferencia do resto, a começar pelo Islã. Ao invés da punição pelo desvio à fé oficial, o Ocidente, depois muito conflito intelectual e muito sangue derramado, entendeu as vantagens de dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César. Se persistimos na destruição desse patrimônio civilizacional, em nome de “soluções racionais”, nem um milagre do Altíssimo nos salvará da intolerância e da decadência.

André Gonçalves Fernandes. Ph.D., é juiz de direito, professor-pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 06/12/2017, Página A-2, Opinião.

[A religião secular e seus órfãos](#)

Nas redes sociais, as semanas passam e as notícias são as mesmas: em alguma universidade estadual ou federal, um restrito e ativo grupo de estudantes – os que não estudam – impediu o andamento de uma palestra ou de um seminário, porque o tema é muito “sensível”, recebeu o selo trigger warning ou safe space e, por isso, pode incomodar os demais estudantes – os que estudam.

Nossas instituições de ensino superior, no campo das humanidades, em sua maioria, são instituições de superior “desensino”. Mais lembram estufas de sensibilidade e ressentimento, onde reina a pauta do politicamente correto, concretizada pela aprovação de códigos de linguagem que impõem um modo concreto de pensar e de se expressar sobre uma série de assuntos complexos, como raça, sexo, moda, casamento, religião e sociedade de classes.

A julgar pela minha experiência acadêmica, a maioria dos estudantes é pacífica, quer aprender e estudar e não fica “sensibilizada” com ideias conservadoras ou que provenham do senso comum. O problema está na minoria atuante: intolerante, violenta e que age com mentalidade de seita religiosa.

Para essa turma, as universidades são espaços sacros, onde os supostos ofendidos – qualquer tipo de minoria política – são como o bezerro de ouro das escrituras: merecem endeusamento. Se algum aluno – o que estuda – resolve subverter essa ordem sobrenatural, surgem as ameaças e as represálias além de um ou outro coquetel molotov.

Várias são as causas desse fenômeno, mas a ocupação dos centros de saber pelos pensadores à la rive gauche é a principal delas. E, como a maioria deles é jacobina, logo, nutre um espírito religioso,

típico dos extremismos políticos, mimetizado a partir dos traços fundamentais da tradição judaico-cristã. Surge, então, a religião secular.

Aron recorda que tanto o socialismo quanto o nazismo foram ideologias salvíficas, com adoração pública a um líder messiânico e que terminaram rivalizando-se entre si no número de cadáveres empilhados, com destaque para o socialismo que, ainda hoje, persiste no museu de obsolescências políticas com duas peças de destaque, Cuba e Coréia do Norte.

A queda dessas utopias criou uma legião de órfãos religiosos e o vácuo espiritual foi tomado pelo pensamento politicamente correto. Nesse novo credo secular, aquela legião age com novos rituais sacros - como o silêncio obsequioso, os avisos de conteúdo e os espaços seguros - e novos caminhos de santidade e de perdição.

No primeiro caminho, temos as minorias políticas, compostas somente de “bons selvagens”, canonizáveis aprioristicamente pela mídia. No segundo, estamos nós, que pertencemos à maioria que cultiva o preconceito inconsciente, o substituto contemporâneo da falsa consciência marxista.

No fundo, essa nova religião não é capaz de provocar qualquer tipo de catarse intelectual, porque não conduz o aluno à reflexão profunda das ideias e nem a um diálogo construtivo e cordato entre posições opostas. Os alunos transformam-se em ventríloquos de uma realidade alienada e tornam-se inabilitados a enxergar a realidade maior que os transcende.

E a mentalidade de seita cria um index ideológico disfarçado de respeito, a se prestar para a proliferação do vitimismo sociológico, da intolerância politicamente correta e do patrulhamento de quem se “atreve” a suscitar algum tipo de pensamento que afete o estilo de vida e as suscetibilidades jacobinas desses lunáticos religiosos.

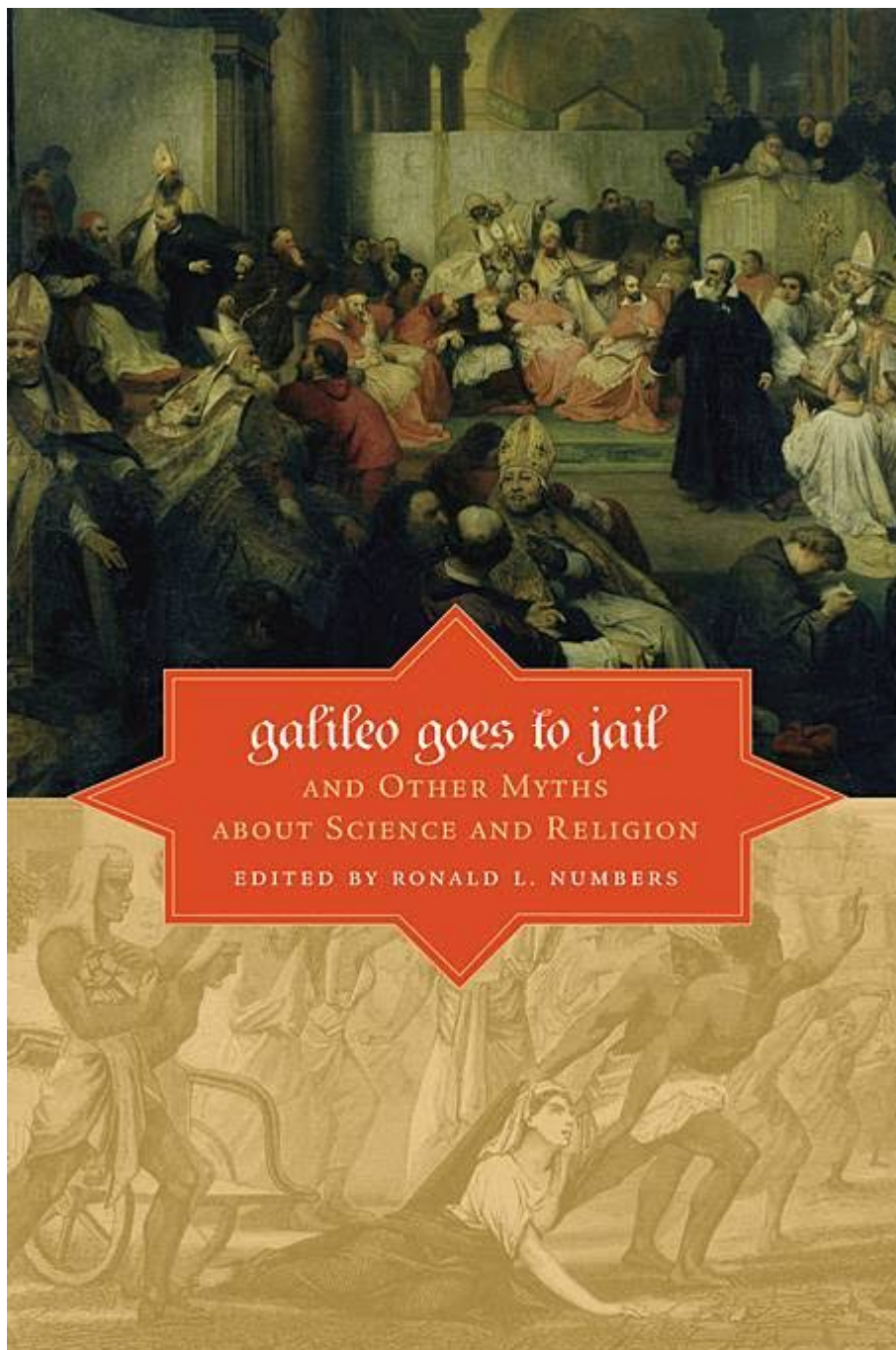
Alguém poderia dizer que a solução desse problema passaria pela tese universalmente consensual de que a “educação é tudo”. A educação é uma condição relativamente necessária, porém insuficiente. A extinta União Soviética alcançou um alto nível científico. Cuba diz ter o melhor sistema educacional e a Índia exporta cientistas como nós exportamos soja. Contudo, não são exemplos de prosperidade, porquanto a prosperidade só se dá com a liberdade de expressão.

Uma universidade desejável e possível seria aquela aberta ao todo no âmbito intelectual, habitada por estudantes livres para pensar e responsáveis no agir consequente. Entretanto, infelizmente, algumas gerações discentes ainda passarão até que as ilusões dos órfãos da religião secular se dissipem. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes é juiz de direito, doutorando em Filosofia e História da Educação, professor, pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras (fernandes.agf@hotmail.com)

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 05/07/2017, Página A-2, Opinião.

[RESENHA] Caçadores de mitos (por Marcio Antonio Campos)



LIVRO | Dados técnicos: Ronald Numbers (org.), *Galileo goes to jail and other myths on science and religion*. Harvard University Press, 2009, 302 pp.

No começo de 2009, enquanto aguardava a divulgação do resultado do vestibular da Universidade Federal do Paraná, fiz um teste: abordei alguns vestibulandos e perguntei o que eles tinham aprendido sobre Galileu Galilei no ensino médio ou no cursinho. Apenas um adolescente se lembrava de algo: que o italiano tinha sido perseguido por afirmar que a Terra era redonda. Desde então não faço mais esse tipo de enquete, até porque a Harvard University Press lançou uma coletânea abrangente das respostas que inevitavelmente sairão da boca de vestibulandos, professores, jornalistas e “intelectuais”: é *Galileo goes to jail and other myths on science and religion*, organizado

por Ronald Numbers.

A relação entre ciência e religião é um dos temas mais importantes do século XXI, ao menos na metrópole, onde a cada ano são lançados inúmeros livros sobre o assunto e organizam-se debates televisivos em universidades envolvendo gente como Michael Shermer, Dinesh D'Souza, Richard Dawkins e John Lennox (basta procurar no *YouTube*). Por aqui, o mercado editorial ignora solenemente autores como Karl Giberson, Kenneth Miller, Ian Barbour e John Polkinghorne (apenas um livro de cada um desses dois últimos autores recebeu edição brasileira), enquanto publica a rodo as obras de ateístas militantes, fazendo à sensatez uma única concessão ao ter lançado *A linguagem de Deus*, de Francis Collins. Como conseqüência, por pouco ler e muito repetir, o cérebro dos “formadores de opinião” secou a ponto de perpetuar irrefletidamente os mitos do livro de Numbers, apesar das evidências contrárias – que não são poucas.

Os 25 ensaios – escritos por 12 ateus ou agnósticos, 5 protestantes tradicionais, 2 protestantes pentecostais, 1 católico, 1 judeu, 1 muçulmano, 1 budista e 2 autores com “um lado espiritual independente de religiões”, como dizem no Orkut – estão ordenados cronologicamente, iniciando com o surgimento do Cristianismo e terminando com os debates sobre o criacionismo e a secularização da cultura ocidental moderna. Isso significa que o desfile de cérebros parte de Agostinho, com o seu *De Genesi ad litteram*, e passa por Avicena, Giordano Bruno, Copérnico, Descartes (descrito como “o mais incompreendido dos filósofos”), Newton, até chegar a Darwin (nada menos que 9 dos 25 mitos abordam a teoria da evolução) e Einstein – sem falar, claro, de Galileu, a cujo respeito foi lançado, também este ano, um livro muito completo sobre seu processo inquisitorial: *Galileu, pelo copernicanismo e pela Igreja*, de Annibale Fantoli.

O objetivo do livro não é defender nenhuma religião em especial – sequer tenta defender a religião em si: um dos ensaios questiona a “lenda piedosa” sobre uma suposta reconversão de um Darwin moribundo, e outro desmente a crença de Einstein em um Deus pessoal. O capítulo 9 diminui o impacto do Cristianismo na construção da ciência moderna, mas recorrendo a um espantalho: não consta que Rodney Stark, Stanley Jaki ou Thomas Woods considerem o Cristianismo a *única* base da ciência moderna, desprezando as contribuições clássicas, judaicas ou islâmicas. Ainda assim, no fim das contas a religião sai ganhando nesse trabalho de desconstrução, mas apenas porque na maioria das lendas os vilões andam de batina e não de jaleco branco.

Alguns mitos, à primeira vista, parecem simplórios demais para merecer ensaios no livro. Os cristãos medievais acreditavam que a Terra era plana? Mas Stephen Jay Gould já não tinha dedicado um trecho de seu *Pilares do tempo*, na década passada, para desmentir essa idéia? Pois Lesley Cormack, autora do texto sobre a “Terra plana”, mostra que, no mesmo ano em que Gould publicava sua obra sobre ciência e religião, eram lançados livros didáticos de ensino médio nos Estados Unidos reforçando a lenda – que, a julgar pela resposta do vestibulando da UFPR, segue firme e forte. Aliás, todos os capítulos têm como epígrafes textos que deram origem ou que mantêm viva a mitologia. Assim, vemos que em 2006 há quem ainda afirme que os calvinistas escoceses se opunham à anestesia durante o parto porque ela contrariava a determinação divina de Gênesis 3;16, ou que a Igreja Católica havia proibido a dissecação de cadáveres.

Entre os criadores de mitos, no entanto, os mais citados no livro editado por Numbers são os norteamericanos Andrew Dickson White e John William Draper, autores de *A History of the Warfare of Science with Theology and Christendom* (1896) e *History of the Conflict Between Religion and*

Science (1874) respectivamente. Podemos dizer que são os pais do conflito entre fé e ciência. A invenção - ou reinterpretação - dos fatos feita por White e Draper continua tão popular que só é possível concluir que seus discípulos, defensores modernos da guerra entre ciência e religião, os Hitchens, Dennetts e Dawkins da vida, podem até pensar que estão levando seus leitores ao século XXI, mas na verdade estão é mantendo todo mundo preso no século XIX.

Marcio Antonio Campos é jornalista, editor da Gazeta do Povo, em Curitiba, e mantém o blogue Tubo de Ensaio, sobre ciência e religião (<http://www.gazetadopovo.com.br/blog/tubodeensaio>).

Resenha publicada na revista-livro do IFE, *Dicta&Contradicta*, Edição 4, Dezembro de 2009.

Lançamento do 5º vol. de "História das Ideias Políticas" (Eric Voegelin)



É Realizações Editora lança *Religião e a Ascensão da Modernidade*, de Eric Voegelin

Chega às livrarias o quinto volume da série História das Ideias Políticas.

Religião e a Ascensão da Modernidade é uma obra de suma importância, não apenas por seu tratamento a pensadores e doutrinas influentes no século XVI, mas também pelo exame pormenorizado dessas experiências que formaram o panorama moderno.

Ao examinar a emergência da modernidade no âmbito dos debates filosóficos e políticos do século XVI, *Religião e a Ascensão da Modernidade*, volume V de História das Ideias Políticas, retoma a análise da "grande confusão" apresentada no volume IV da mesma coleção. Trata-se de um período controverso e revolucionário, que abrange uma gama de acontecimentos desencadeados pelas Noventa e Cinco Teses de Lutero.

Dos pensadores mais conhecidos aos menos estudados, esse volume apresenta figuras como Calvino, Althusius, Hooker, Bracciolini, Savonarola, Copérnico, Tycho de Brahe e Giordano Bruno. O autor dedica atenção considerável a Jean Bodin, apresentando-o como profeta de uma nova religião, em meio a desordem civilizacional da era pós-cristã. O presente volume foca em temas tradicionais como a monarquia, a teoria da guerra justa e a filosofia do direito, mas também investiga questões da astrologia, cosmologia e matemática.

Apesar da complexidade da época, a análise luminosa de Voegelin esclarece sua importância e sugere linhas de mudanças que convergem num ponto no futuro: a compreensão cristã medieval, de um cosmos fechado, criado divinamente, estava sendo substituída por uma nova forma de consciência humana moderna, que pressupunha o homem como a origem inerente do sentido do universo.

Sobre o autor

Eric Voegelin (1901-1985) foi um dos filósofos mais originais e influentes de nosso tempo. Nascido em Colônia, Alemanha, estudou na Universidade de Viena, onde depois tornou-se professor de Ciência Política na Faculdade de Direito. Em 1938, ele e sua esposa, fugindo de Hitler, emigraram para os Estados Unidos. Tornaram-se cidadãos americanos em 1944. Voegelin passou a maior parte de sua carreira na Universidade do Estado da Louisiana, na Universidade de Munique e no Instituto Hoover, na Universidade Stanford. Publicou muitos livros e mais de cem artigos.



Fonte: imprensa@erealizacoes.com.br

Sociedade aberta e seus inimigos

Nas últimas férias de inverno, pude passar uma temporada em Londres com alguns de meus filhos.

Certo dia, pela manhã, liguei a televisão e, quando vi a comoção do jornalista na cobertura ao vivo, já sabia que se tratava de um atentado terrorista. Restava saber onde. Tinham degolado um padre ancião em Rouen. Bom, alguns dias antes, tinha sido em Nice e, no meio, tivemos atentados em Munique, Ansbach e em Laragne-Montéglin. Todos, ao que parece, cometidos em nome de Alá.

Em Londres, tem muçulmano para todo lado. Até o prefeito – sempre vestido em ternos bem alinhados – é muçulmano. Convivi, nesses dias, com muitos deles no metrô, no hotel e nos inúmeros pontos turísticos que visitamos. Identifiquei-me profundamente com eles: têm quatro, cinco, seis filhos. Como lá em casa. Com a diferença de que os meus são todos da mesma mulher.

Fui muito bem tratado por todos, embora minha filha, impressionada com aquele carrossel de atentados em tão poucos dias, achasse que iríamos explodir a todo momento por uma “daquelas mulheres que andavam pela rua com aquele pano no rosto e sempre atrás dos homens”.

Tranquilei-a ao dizer que os antecedentes históricos londrinos registravam muitos casos de suicídio e não de terrorismo islamita. Nesse momento, bateu uma saudade dos antigos alienados que punham termo à própria vida no anonimato, sem carregar consigo um quarteirão inteiro de inocentes. Na periferia da sociedade, sempre achavam nas ruas da miséria uma corda para pendurar estoicamente a própria infelicidade. Lamento o ato em si, mas compreendo suas razões.

Por outro lado, também pensei se, por trás daqueles rostos ocultos, as terras da rainha não estavam a importar o pior do Oriente Médio e da África, onde os “mártires da fé” crescem anualmente, inflacionados até por “mão-de-obra” de jovens europeus, e os muçulmanos “civilizados” são incapazes ou se omitem de controlar seus loucos, sempre desatinados para cometer o próximo “suicídio altruísta” longe de casa.

Incorporados à cultura ocidental, ou seja, secularizados, todos os muçulmanos são bem-vindos. Mas tenho dúvidas. Sempre seremos infiéis para muitos deles e uma morte explosiva é sua melhor obra de misericórdia. Por que, com diz a marchinha de carnaval, “Alá, meu bom Alá”?

Meu outro filho, claramente influenciado pelo multiculturalismo rasteiro da retórica proselitista de um professor de geografia do ensino fundamental, disse que a irmã sofria de islamofobia. Respondi para ele que, quando ouvimos as vozes dos débeis, há sempre uma idiotice útil que nos patrulha com um neologismo. Como se os muçulmanos europeus estivessem a ser vítimas de um genocídio iminente.

Longe disso. Essa gentileza homicida é reservada para os cristãos, o grupo religioso mais perseguido do mundo, sobretudo onde o radicalismo islamita impera. Nesse ano, já foram quase cem mil mortos. Não sei se já incluíram o coitado do padre degolado nessa conta. Sugeri ao meu filho que questionasse seu professor sobre quase cem mil muçulmanos mortos – por cristãos – nesse ano em solo europeu.guardo ansiosamente pela resposta.

No mesmo dia, ao final da tarde, assisti a um festival muçulmano em Trafalgar Square, onde uma turma de ingleses submetia-se, ao que parece, curiosa ou indiferentemente, ao proselitismo de Alá. E o icônico “Admiral” Nelson via tudo lá de cima. Com o estômago já embrulhado desde a manhã, a cena causou-me outro tipo de indigestão: intelectual. Embora fossem livres, esses saxões esqueciam-se de que boa parte do tesouro da civilização ocidental repousa justamente ali.

Contudo, pareciam preferir dar ouvidos à uma religião que abafou filósofos da envergadura de um Avicena ou Averróis e que ainda prega a teocracia dos livros de história. Bom, melhor nem falar nada sobre a condição da mulher ou a juridicidade pouco humana da “Shariá”.

Moral do dia: podemos ser cosmopolitas, mas sem perder nossa identidade existencial, onde um núcleo irreduzível de valores é capaz de dizer não quando é preciso dizer não. Nas sociedades livres, já lembrava Popper, o inimigo nunca está lá fora e, nesse caso, não corresponde à tal islamofobia. Está aqui dentro e é formado pelo conjunto de ressentidos que sempre manejarão uma desculpa igualitária para nos nivelar com a régua axiológica alheia. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes é juiz de direito, doutorando em Filosofia e História da Educação, professor, pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras (fernandes.agf@hotmail.com)

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 17/8/2016, Página A-2, Opinião.

Tags: Laicismo, Liberdade, Religião,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em:
<http://ife.org.br/a-mordaca-de-cesar-andre-goncalves-fernandes/>